

REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	21/09/2021
Reunião:	4ª Reunião do Grupo de Trabalho Mananciais de 2021
Grupo:	GT Mananciais
PARTICIPANTES	
INSTITUIÇÃO	
Aline Alvarenga	AGEVAP
André Bohrer	AGEVAP
Bárbara Paola Maurício	AGEVAP
Daiane dos Santos	AGEVAP
Júlio César da Silva Ferreira	AGEVAP
Débora Orgler de Moura	SIMA
Lauro Bassi	Água e Solo
Marina Assis	AGEVAP
Elisa Kich	Água e Solo
Marcelo Araki	IEF/MG
Natália Ribeiro	AGEVAP
Marie Ikemoto	INEA-RJ
Flávio Monteiro	AGEVAP
Erika Cortines	Comitê Piabanha
Vera Lúcia Teixeira	CBH MPS
Licius Freire	FIPERJ
Markus Budzynkz	APEDEMA-RJ
Tipo:	Videoconferência
Local:	Microsoft Teams
RELATO DA REUNIÃO	
<p>Item 1 – Aprovação de registro da reunião anterior;</p> <p>A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) indagou se os participantes gostariam de comentar sobre o registro da última reunião. Sem nenhuma manifestação dos demais presentes, a pauta foi aprovada.</p> <p>Item 2 - Organização do Workshop para estratégia de criação de uma plataforma de gestão e monitoramento para o Programa Mananciais;</p> <p>O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) comentou, como já havia feito ano passado, sobre a necessidade de se construir um pensamento de estratégia para deter uma sistematização de informações do Programa Mananciais, já que existe uma densidade muito grande de informações e por isso há uma dificuldade em atender a parte de comunicação e de gestão a partir do SIGA CEIVAP. Ele informou que, a organização para a contratação de uma empresa especializada contribuiria com a gestão do programa de forma mais informatizada, com a coleta de dado em campo de forma mais rápida e com divulgação de informações de monitoramento, assim como o próprio monitoramento da bacia. Segundo ele, a ideia do workshop seria tentar realizar um dia dedicado a essas questões, para refletir sobre o que será</p>	

preciso levar ao programa Mananciais e o que já se tem em outros programas e que poderia ser reaproveitado e adaptado. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) ressaltou que usufruir de uma plataforma para gerir as informações dos PRIMAS e comunicar de forma mais assertiva e clara para o público em geral e para os próprios proprietários de terra dentro da bacia seria muito positivo para todos. O intuito, segundo ele, seria pensar em como estruturar esse evento. Sobre a realização do workshop, a Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) relatou que é preciso definir alguns elementos fundamentais e tempo hábil para conseguir efetuar este tipo de evento. Ela perguntou aos demais, quais seriam os convidados para esse evento e lembrou que o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) é um gestor da agenda verde do plano, porém, a parte de organização de evento não envolve somente o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) e sim toda a estrutura da gerência CEIVAP na parte institucional, que não atende somente o GT Mananciais, mas sim 13 instâncias. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) disse que precisa de respostas sobre questões como: quem seriam os convidados; a data prevista; o nome do evento; a duração do evento; e o público alvo. Ela reforçou que essas repostas precisam partir do grupo para promover uma decisão participativa e conjunta para, por fim, executar o que foi definido pelo grupo. O Sr. Licius Freire (FIPERJ) concordou com a fala da Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) e reforçou que é preciso trazer outros membros que estão fora do circuito presente e que é preciso definir quem ficará responsável pela organização deste evento. A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) relatou que as questões levantadas pela Sra. Aline Alvarenga são centrais e que para discutir melhor essa estrutura é preciso analisar casos semelhantes que já foram executados em outras esferas e que tipo de produto, soluções e tecnologias existem disponíveis. Complementou mencionando que através dessas respostas foi possível extrair algumas informações como: a importância de apoiar as gestões de contrato; compartilhar os dados dos resultados e dos produtos do programa; comunicação e a integração. Além da funcionalidade dos dados, da comunicação e da gestão. o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) reiterou a importância de um componente de monitoramento do território para proporcionar um maior cuidado para a bacia, como, por exemplo, o monitoramento de incêndios e acréscimo ou decréscimo de cobertura florestal. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) informou que é importante entender que essa plataforma precisa ser mais do que o SIGA é hoje e evitar que seja efetuado algo que se sobreponha a algo que já é feito em outro contrato. Segundo ela, é preciso ter cuidado ao estruturar o termo de referência e aprofundá-lo, já que o SIGA possui uma limitação e não atenderia a demanda do Mananciais e por isso será necessário realizar uma plataforma específica para o programa, mas que possa ainda ser alinhada ao SIGA. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) esclareceu que o responsável pelo programa na AGEVAP, onde irá ocorrer toda a parte de divulgação e distribuição das atividades inerentes ao evento, será o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP). O Sr. Licius Freire (FIPERJ) comentou a importância na fala da Sra. Marina Assis (AGEVAP) dizendo que os pontos apresentados devem ir para dentro da agenda do evento. A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) sugeriu que, como o objetivo é gerar subsídio dessas apresentações a favor de construir um termo de referência para a plataforma do programa, o evento deverá contar basicamente com os membros do GT e os comitês afluentes. Ela comentou que o Reflorestar seria uma plataforma interessante e que se aproximaria do que poderia ser desenvolvido para o programa e o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) acrescentou que o PCJ seria também uma plataforma interessante. A Sra. Aline Alvarenga questionou se seria então duas apresentações e o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) informou que essas são as já conhecidas, mas que seria importante incluir apresentações do Boticário; de empresas que possuem soluções que não estão dentro de programas; da Codex que trabalha com o SIGA e da CDTASA. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) mencionou que, dada a quantidade de apresentações, o evento não caberia na parte da manhã, logo, provavelmente ocorreria durante a tarde, mas não recomendaria um evento durante o dia todo porque se torna cansativo e, devido a este mesmo motivo, sugeriu delimitar o tema e que as apresentações durem ao máximo 20 minutos. A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) concordou com a realização do evento durante o período da tarde e ressaltou que é importante definir quais perguntas-chaves devem ser extraídas de cada solução e por esse motivo reforçou a importância de ter um profissional da área técnica para direcionar as perguntas e evitar que as empresas enfatizem somente a parte de marketing.

Item 3 - Contrapartida dos CBHs para execução do Programa Mananciais;

A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) comentou sobre a importância de os comitês definirem suas contrapartidas até o momento da realização do PRISMA, como foi discutido na última reunião. Ela perguntou se o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) poderia atualizar os demais sobre essa questão e ele informou que foi definido que deveriam existir essas contrapartidas, mas os limites não foram ainda estabelecidos. Nas cartas enviadas aos comitês, sobre o interesse em participar do programa Mananciais, não foi apresentado um valor ou um montante específico, foi questionado somente, segundo o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP), se o comitê possuía essa linha de investimento e qual seria o valor disponível. Ele informou que a exceção era o Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana que definiu, via deliberação o aporte de 92 mil reais para o investimento ao Programa Mananciais, recursos esse oriundo do saldo não consumido do recurso do comitê aplicado em foi aplicado em contrapartida ao programa PSA do CEIVAP. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) complementou que ainda não foi estipulada qual ou quais ações serão financiadas com este recurso; se este valor é baixo ou alto e que é preciso aguardar o PRISMA do comitê estar pronto para definir em qual intervenção será aplicado. Ele disse que atualmente o único cenário de intervenções definidas no PRISMA é no Rio Dois Rios, que já conta com a definição de intervenções priorizadas e orçamento delimitado, e que este é o momento de definição da contrapartida do comitê Rio Dois Rios. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) comentou que o próximo comitê seria então o CBH PS e que é importante a participação do comitê na discussão.

Item 4 - Acompanhamento das atividades de elaboração dos PRISMAs;

O Sr. Lauro Bassi (Água e solo) informou que o objetivo é concluir três PRISMAs até o final do ano de 2021. Ele acrescentou que por ser um documento muito grande, foi dividido em três partes, o Tomo 1 descreve todas as atividades que foram desenvolvidas para chegar ao PRISMA; o Tomo 2 é o diagnóstico geral da microbacia e o resultado do RP; e o Tomo 3 é o PRISMA propriamente dito, pois é o tomo das intervenções. O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) apresentou o PRISMA da microbacia de Barracão dos Mendes informando as áreas focais, a Área Focal 1 engloba 4 comunidades, Serra Nova, Serra Velha, Fazenda Rio Grande e Florândia das Serras e a área Focal 2 inclui Barracão dos Mendes e parte do Alto Barracão dos Mendes. O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) exibiu uma lista com as atividades que foram desenvolvidas e os resultados das ações, além de apresentar também um resumo das demandas na região. Ele apresentou também a localização das intervenções no mapa e informou que há uma alta quantidade de fossa séptica para o saneamento rural e comentou sobre a importância de realizar uma intervenção para ter controle do aporte de matéria orgânica dentro dos cursos d'água. Nas Zonas de Produção, o Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) relatou que o destaque são os kits de irrigação e que a meta é melhorar a eficiência do uso da água em pelo menos 20%. Nas APPs Zona Ripária, ele informou que há uma dificuldade em convencer o agricultor a não plantar próximo aos corpos hídricos, e que na capacitação, possivelmente, o agricultor irá compreender que isso não irá afeta-lo financeiramente e que na realidade, ao longo do tempo isso trará uma renda mais sustentável. O Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) disse que a manutenção e recuperação das estradas vicinais rurais possuem um custo alto e que a Prefeitura irá encontrar dificuldade neste processo se não identificar onde estão os pontos mais críticos. Em relação ao orçamento geral do PRISMA Barracão dos Mendes, ele informou que o valor total calculado é R\$ 2.211.227,71, um valor menor do que a versão anterior, pois, durante uma análise mais criteriosa de duas nascentes, foi decidido que não seria realizado o plantio nessas áreas e que o plano atual é apostar na recuperação natural, visto que foi verificado que essa recuperação natural já ocorre em altas localidades da microbacia, principalmente em Serra Nova e Serra Velha. O Sr. Licius Freire (FIPERJ) ressaltou que a entrega de mais dois PRISMAs até o final do ano será difícil, mas que com a atual conjuntura do grupo é possível atender o prazo definido pela ANA. O Sr. Licius Freire (FIPERJ), sugeriu realizar uma rápida reunião com o Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) a respeito do que ainda não foi feito, definir a periodicidade e a possibilidade de gerar economia no recurso disponível. A Sra. Erika Cortez (Comitê Piabanha) parabenizou os representantes da Água e

Solo e ressaltou a fala do Sr. Licius Freire (FIPERJ) sobre a necessidade de analisar as experiências anteriores, que deram certo ou não, para avaliar o que pode ser feito e evoluir para os próximos PRISMAs. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) parabenizou a participação de toda equipe envolvida e comunicou sobre a importância de já definir os próximos passos e que a ideia no momento é seguir com a intervenção priorizada à curto prazo. Ela ressaltou que seria importante ter esse retorno do Rio Dois Rios confirmando qual das intervenções irão apresentar como contrapartida do comitê e indagou se já existe uma data prevista de retorno. O Sr. Licius Freire (FIPERJ) comentou que na apresentação do Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) ficou faltando um pedaço sobre adubação verde, já que não esta intervenção não foi priorizada e sugeriu, após acertar esse valor, encaminhar esse documento para a diretoria aprovar. Entretanto, o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) informou que a adubação verde está inclusa no curso de capacitação e o Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) ressaltou que após a capacitação, em uma segunda leva do PRISMA como um recurso de sobra, a adubação verde poderia ser eleita como uma nova intervenção neste segundo momento, desde que, após a capacitação se faça um acordo com os produtores para que eles se comprometam a dar continuidade a ação nos próximos anos. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) apresentou o Programa de Investimentos em Serviços Ambientais para a Construção e Recuperação de Mananciais com as metas para 2021 como: 7 CBH com Microbacias definidas; 3 PRISMAs; uma gerenciadora contratada; e uma obra licitada. Ele informou que foi concluído o processo de seleção de microbacias em todos os 7 comitês afluentes e exibiu a programação de todos os comitês. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) relatou que o CEIVAP aporta 2,5 milhões de reais de reserva para ser investido em cada microbacia e que para o caso, por exemplo de Barracão dos Mendes que registra saldo parcial de 300 mil reais do custo das intervenções após a conclusão dos PRISMAs, este valor será comprometido ao logo da etapa de execução das intervenções que será iniciado com a licitação da execução do saneamento rural, o maior investimento de todos no Barracão dos Mendes. Ele acrescentou que ao longo da execução é importante contar com este saldo pois há grande dinamismo nesta etapa e o orçamento não pode ser fechado. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) comentou sobre a necessidade de se eleger dentro da bacia as áreas prioritárias e apresentou a área focal 1, onde se pretende monitorar por meio de um trabalho de campo a elaboração de um levantamento de áreas e de propriedades. Ele informou que são 119 propriedades inscritas no CAR e o Sr. Lauro Bassi (Água e Solo) informou que, na verdade, foram feitas 124 visitas pois é comum mais de uma casa por propriedade inscrita no CAR. Sobre os planos de publicidade à informação e acesso ao programa, o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) acrescentou que foi efetuada a utilização dos veículos de comunicação do CEIVAP com a publicação de uma aba permanente no site do comitê para abordar o Programa Mananciais no site do CEIVAP. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) comentou sobre a importância de se criar a plataforma do programa para que o proprietário possa se enxergar em uma área Focal e usou como parâmetro, os mapas disponíveis no SIGA Web. Ele relatou que a intervenção de capacitação é uma intervenção chave que deve também ser priorizada, visto que ela oferece aos proprietários de terra na bacia, a possibilidade de enxergar melhor se eles são demandantes de um SAF. Comentou, ainda, sobre a necessidade de se executar uma reformulação, ou segundo volume do PRISMA com a previsão de um ano à frente, por exemplo, para que todos os novos proprietários que participaram da capacitação e estão interessados em serem agregados aos projetos de intervenção, possam ser inclusos no PRISMA e que isso vai demandar um novo trabalho de campo. Ele comunicou que o PRISMA 1 está na ordem de 83 mil reais, logo esse PRISMA volume 2 poderia ser algo em torno de um terço deste valor, executado um ano à frente e lembrou que a atualização dos PRISMAs já é uma programação do TdR que seria discutida somente no segundo PRISMA. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) reforçou a fala do Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) sobre evitar sobrecarregar a área administrativa da AGEVAP definindo o que é prioritário em relação as licitações, visto que a área administrativa também atende diversos comitês. A Sra. Erika Cortines (Comitê Piabanha) questionou se nos 7 primeiros PRISMAs que possuem ações semelhantes, não seria possível implementar uma contratação compartilhada, evitando assim sobrecarregar a parte administrativa da AGEVAP. O Sr. Markus Budzynkz (APEDEMA-RJ) comentou sobre a importância em buscar novos parceiros, como sindicatos rurais que abrangem mais que um município e que desempenhariam uma maior parceria com os produtores rurais. A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) agradeceu a contribuição de todos e

perguntou ao Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP), se em relação ao retorno da Assessoria Jurídica da AGEVAP, sobre reforçar a comunicação, houve alguma ação para atender este quesito. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) respondeu que a Assessoria Jurídica abordou no parecer diversos assuntos, principalmente a publicidade entre os proprietários e ressaltou no seu parecer sobre a indicação de exercer a comunicação em meios de circulação maiores como jornais. Ele expressou que tem sido mantido no site do CEIVAP uma página específica sobre o programa Mananciais do CEIVAP que informa os contatos para que o interessado saiba como participar do programa. A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) comentou que compreendeu que o assunto ainda está em discussão com a Assessoria Jurídica e não há uma resposta definitiva. Ela complementou que o Sr. Licius Freire (FIPERJ) se comprometeu em trazer para o comitê uma proposta, mas informou que, futuramente, será preciso ser pensado em uma proposta para a situação como um todo. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) relatou que a fala do Sr. Licius Freire (FIPERJ) não foi uma discordância, mas sim um complemento e ressaltou que é importante se ater a limitação legal que existe no CEIVAP para custeio da área meio que atualmente é de 7,5. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS) questionou se a entrada de novos proprietários no processo não afetaria o montante de 2 milhões e se existe de fato uma sobra. Ela completou perguntando se a contrapartida do comitê poderia então entrar no custeio para a parte de comunicação ou na contratação de um profissional para auxiliar no processo. O Sr. André Bohrer (AGEVAP) informou que dois jornais da região já publicaram matérias sobre o investimento do CEIVAP no Barracão dos Mendes e que é possível conseguir novamente atingir esse meio de comunicação. Ele completou dizendo que o único detalhe que ficou faltando no texto encaminhado é a informação de que os proprietários que não estão inclusos podem procurar algum ponto focal. Disse que é muito mais fácil atingir o público alvo pretendido pela rádio do que pelo jornal impresso ou online e ressaltou que é possível pedir espaço para os programas destinados à comunidade rural nas rádios locais.

Item 5 - Estratégia de comunicação do Programa Mananciais; e

A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) informou que é preciso, primeiramente, atender uma publicidade legal, que já está sendo discutida com a Assessoria Jurídica, além da parte de divulgação do programa. Segundo ela, existe a publicidade legal, destinada ao que será obrigatoriedade publicar e o destino determinado desta publicação. Ela sugeriu retirar a exigência de utilizar o jornal, visto que as informações dispostas neste meio são informações oficiais, mas que não possuem um apelo que chame a atenção popular. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) informou que a empresa que cuida da comunicação do comitê como um todo, realiza a mesma divulgação para os projetos do CEIVAP. Ela relatou que para implementar um programa de comunicação mais efetivo para o Programa Mananciais é preciso definir qual será o objetivo do grupo e quais serão os melhores meios para implementação desta estratégia para atingir o público alvo. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) completou a fala do Sr. André Bohrer (AGEVAP) sobre as estratégias de divulgação do programa, dizendo que é preciso pensar nas cidades que não terão o nível de parceria e engajamento encontrado, por exemplo, em Nova Friburgo e que o plano é utilizar o modelo de comunicação do Rio Dois Rios e aplicar para os 7 comitês. Ele apontou a diferença entre o PROTRATAR e o Programa Mananciais quando se trata de divulgação e publicidade, já que o PROTRATAR é um programa que acontece independentemente do engajamento dos usuários do sistema de esgotamento sanitário e o Programa Mananciais precisa da participação ativa dos proprietários de terra na bacia, logo essa publicidade, segundo ele, precisa ser focada no reforço a participação da população no programa. A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) comentou sobre a necessidade de diferenciar o que é comunicação institucional e o que é a comunicação utilizada no Programa Mananciais que é direcionada para os produtores rurais. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) ressaltou que é preciso entender a diferença entre comunicação e mobilização e que o Programa Mananciais vai além da comunicação do comitê e por isso é preciso entender qual a mobilização que o Mananciais precisa ter. O Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) concordou com a Sra. Marina Assis (AGEVAP) e complementou sua fala dizendo que existe o plano de comunicação do CEIVAP, mas que é preciso realizar um planejamento das ações de comunicação do programa mananciais. Informou que hoje não há recurso previsto para mobilização e por isso é preciso pensar em estratégias que irão

viabilizar este recurso. A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) questionou se os recursos mencionados pelo Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) poderiam ser contemplados dentro de outro contrato existente no CEIVAP ou se seria necessário efetuar um encaminhamento dentro da AGEVAP para isso. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) sugeriu que fosse analisado dentro do contrato da própria empresa que está realizando os PRISMAS, já que a parte de comunicação trabalharia alinhada com a empresa atuante que é a Prefácio. Ela ressaltou que comunicação e mobilização são temas que se relacionam, mas que não são a mesma coisa e que é preciso pesquisar a possibilidade da empresa Água e Solo viabilizar a inserção da parte de mobilização e ver o que ainda não tem previsto. A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) reforçou a importância de criar canais que possam atingir os proprietários rurais, como o Facebook e o WhatsApp e se adaptar para alcançar este objetivo.

Item 6 – Assuntos Gerais

A Sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS) convidou a todos para o simpósio Água Boa em comemoração aos 13 anos do comitê. A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) informou que o Instituto Florestal deixou de existir e está passando por um processo de fusão e ressaltou que não foi possível estabelecer uma comunicação ou um retorno da instituição que não participa a mais de um ano das reuniões. Ela sugeriu então abrir a vaga ocupada pelo Instituto Florestal para outras instituições interessadas em participar. O Sr. Licius Freire (FIPERJ) sugeriu a Sra. Erika Cortines (CBH Piabanha) para preencher a vaga representando o comitê Piabanha e ela respondeu que possui sim interesse em ocupar a vaga para acompanhar o GT. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) mencionou que a vaga é destinada à instituição de pesquisa e solicitou que a Sra. Erika enviasse os documentos da UFRRJ para manifestação de interesse em compor o Grupo. A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) informou que a deliberação prevê um suplente nas reuniões para coordenar o GT. O Sr. Licius Freire (FIPERJ) demonstrou interesse em ocupar a vaga de suplente e não houve objeção dos demais presentes. A Sra. Marie Ikemoto (INEA-RJ) parabenizou o Sr. Flávio Monteiro (AGEVAP) e toda equipe pelo trabalho.

Encaminhamentos:

Foi solicitada a disponibilização das apresentações na reunião, dos TOMOs I, II e III que compõem o PRISMA de Barracão dos Mendes e dos demais produtos do contrato com a Água e Solo. Também foi solicitada a disponibilização da ficha do projeto para a Plataforma do Programa Mananciais.

Início:		Encerramento	
Registro da reunião elaborado por:		AGEVAP	